

APRESENTAÇÃO

A Amazônia: contexto histórico, movimentos migratórios e conflitos socioambientais.

Arlete Assumpção Monteiro¹

A Amazônia é uma região da América do Sul que compreende a bacia do rio Amazonas, formada pelo rio Amazonas e seus afluentes e a Floresta Amazônica que se estende por nove países: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela. O Brasil abriga 60% da Floresta Amazônica.

A Amazônia Legal Brasileira foi instituída em 1953 pelo governo brasileiro como forma de planejar e promover o desenvolvimento social e econômico da região (Lei 1.806/1953). A Amazônia Legal consiste numa área de 5.217.423 km², ocupa 61% do território brasileiro e é formada por nove estados, ou seja, a totalidade da área dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Mato Grosso e parte do território dos Estados do Tocantins e Maranhão. A Amazônia Legal está dividida em Amazônia Ocidental e Amazônia Oriental, criada pelo Decreto n. 356/68. A Amazônia Ocidental é formada pelos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima. A Amazônia Oriental pelos Estados de Tocantins, Pará, Amapá e partes dos Estados do Mato Grosso e do Maranhão nas áreas amazônicas.

¹ Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Docente Titular na Pontifícia Universidade Católica da São Paulo. Diretora Primeira Secretária do Centro de Estudos Rurais e Urbanos/USP. Pós-doutorado realizado na Universidad de Salamanca, Espanha 2017-2018.

A Revista CADERNOS CERU, volume 29, série 2, número 2, 2018, teve como foco central estudos e pesquisas sobre a Amazônia Brasileira. É o resultado da mesa-redonda “Amazônia: migrações e conflitos”, proposta e organizada pela Profa. Dra. Arlete Assumpção Monteiro, que integrou a programação do 45º Encontro Nacional de Estudos Rurais e Urbanos (23 a 25 de maio de 2018), promovido pelo CERU (Universidade de São Paulo), realizada no dia 25 de maio de 2018, no prédio de Ciências Sociais e Filosofia, da Universidade de São Paulo, sob a coordenação da Profa. Dra. Rosa Esther Rossini (USP), com a participação dos docentes-pesquisadores convidados, Valéria Oliveira (Universidade Federal de Rondônia), Nelita Frank (Universidade Estadual de Roraima), Valtenir Evangelista (Universidade Federal do Acre) e Carmem Vera Nunes Spotti (Universidade Estadual de Roraima) e das discussões surgidas sobre a temática em pauta.

O dossiê apresenta treze artigos, dos quais dez compõem a primeira parte dos Cadernos CERU número 29 e tratam exclusivamente sobre a Amazônia Brasileira no que tange aos ciclos econômicos vivenciados pela região, colonização e povoamento, migrações, educação, conflitos socioambientais, movimentos sociais indígenas e a luta dos quilombolas pela terra. A segunda parte é composta por três artigos que retratam pesquisas empreendidas sobre cidades, em seus aspectos históricos e de trabalho.

Pela leitura dos artigos que compõem a primeira parte da presente publicação, podemos constatar que dois artigos tratam de problemáticas dos Estados de Rondônia e do Acre, um artigo refere-se ao Estado de Roraima analisando a educação no que tange à literatura regional, outro artigo tem como foco a parte amazônica do Estado do Maranhão e trata dos conflitos sociais aí surgidos, além de um artigo sobre meio ambiente e saúde e, por último, uma pesquisa sociohistórica sobre os

transportes na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas; três artigos apresentam estudos sobre os indígenas em termos da educação e evangelização, transformações culturais e conflitos e um sobre a luta pela terra dos quilombolas. A segunda parte, formada por três artigos livres, dos quais dois tratam da economia cafeeira paulista e o trabalho dos imigrantes nas fazendas de café e o último artigo retrata a realidade vivenciada pelos ambulantes na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais.

Valeria de Oliveira e José Januário Amaral brindam-nos com o artigo “Amazônia e o processo de colonização da fronteira agrícola: o caso de Rondônia”, mostrando o avanço agropecuário na Amazônia brasileira relacionados com os ciclos econômicos: borracha, mineração, madeira, pecuária e a atual expansão do agronegócio. Tratam, em particular, do processo da fronteira agrícola no Estado de Rondônia. Dentre os ciclos mencionados destacam-se dois, o da borracha relacionado com a II Guerra Mundial e o projeto geopolítico de colonização e povoamento do território para ocupação do “vazio demográfico” na Amazônia brasileira. Destacam que durante a Segunda Guerra Mundial, pelo Decreto-lei nº 5.812 (13 de setembro de 1943) foi criado o Território Federal do Guaporé, com partes desmembradas dos Estados do Amazonas e do Mato Grosso. Importante papel no desbravamento da região foi a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, em virtude da assinatura do Tratado de Petrópolis (1903), que constituiu poderoso impulso para o povoamento de Porto Velho, atual capital de Rondônia. Com a economia baseada na exploração de borracha e de castanha-do-pará, pela Lei de 17 de fevereiro de 1956 a região passou a se denominar Território Federal de Rondônia, em homenagem ao Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. Vários planos e ações governamentais aconteceram na colonização de Rondônia, nas décadas de 1970 e 1980, atraindo migrantes do sul e do agreste

brasileiro ao longo da BR 364, trecho Cuiabá -Porto Velho, resultando na formação de povoações que se tornaram cidades e municípios como também geraram conflitos com os indígenas e populações locais. A descoberta de jazidas de cassiterita e a abertura de rodovias estimularam a economia e o seu povoamento da região, passando de Território Federal à condição de Estado a partir de 1982. Os autores apontam que Rondônia na atualidade possui o sexto maior rebanho bovino do Brasil e ocupa o quinto lugar em exportação de carne além de ser grande produtor de leite. Os autores finalizam o artigo questionando o termo “vazio demográfico” e apontando que a região já era habitada por várias etnias indígenas, povos ribeirinhos e coletores da floresta.

Valtenir Evangelista de Souza aborda a disputa do território entre Brasil e Bolívia no artigo “A invenção da conquista do Acre”. A valorização da borracha no mercado mundial em decorrência da busca por matéria prima para a vulcanização nas indústrias europeias e americanas levou à discórdia entre Brasil e Bolívia, pelo fato de o Brasil, em 1844, proibir a navegação estrangeira na Amazônia brasileira. A Bolívia precisava de uma saída para o Atlântico para o escoamento da sua produção e buscou um acordo junto ao Brasil, que não concordou. O artigo apresenta a polêmica, a assinatura de acordos, estratos, interrogatórios e destaca que desde os anos 70 do século XIX o território acreano se encontrava pleno de brasileiros, em especial de cearenses. O autor preocupou-se em apresentar uma retrospectiva histórica da região amazônica desde a criação do Forte do Presépio, em Belém (1616), apontando que nessa época nasciam as bases da expansão e conquista da região e posterior criação da Capitania de São José do Rio Negro que deu origem ao Estado do Amazonas, consolidando assim o poder português na região. O artigo possui ilustrações fotográficas e mapas que enriquecem a temática da construção do Estado do Acre, na Amazônia Ocidental Brasileira. O

território do Acre foi incorporado ao Brasil em 1903, pelo Tratado de Petrópolis, sob a liderança do Barão do Rio Branco, encerrando a disputa entre as duas nações e os conflitos, consolidando o poder português na região e contribuindo para a integração nacional.

Saindo do tema da colonização, povoamento e conflitos sócio-políticos e econômicos dos dois estados vizinhos e fronteiriços com a Bolívia - Acre e Rondônia - e continuando nos estudos e pesquisas sobre a Amazônia Ocidental Brasileira passamos para a temática educação, com o artigo escrito pelas docentes pesquisadoras Carmem Véra Nunes Spotti e Marina Graziela Feldmann, intitulado “O ensino e a cultura literária nas escolas de Ensino Médio em Roraima”. Esse texto é fruto de uma exaustiva pesquisa sobre a cultura escolar e a prática pedagógica no ensino da literatura, nas escolas estaduais do ensino médio em Roraima, realizada nas instituições de ensino localizadas nos municípios de Boa Vista, capital do estado, Bonfim, Pacaraima, Caracaraí e Rorainópolis, selecionadas segundo a especificidade de cada município. As autoras apontam a importância da regionalidade brasileira, em especial no âmbito de cultura escolar tendo em vista que a pesquisa demonstrou que o intenso processo migratório ocorrido na Amazônia, em particular em Roraima, levou a que os professores desconhecem a cultura local, pois “...*não havia em Roraima um estudo sistemático sobre os escritores roraimenses...*” (p. 76). Para analisar a educação em Roraima as autoras apresentam um recorte histórico da formação do Estado de Roraima, que até 1940 pertencia ao Estado do Amazonas, como município Boa Vista do Rio Branco e, em 1943, passou a Território Federal do Rio Branco, obtendo a categoria Estado de Roraima em 1962, com a economia voltada para a criação de gado e exploração de recursos minerais como pedras preciosas e diamantes, atraindo migrantes de várias regiões do Brasil e gerando conflitos com os indígenas e miscigenação.

Aprofundando a reflexão sobre a Amazônia brasileira no que se refere aos costumes, crenças e hábitos da população indígena que se encontrava na região muito antes da chegada dos ibéricos, Tássia Patrícia da Silva do Nascimento apresenta a problemática do infanticídio no artigo “Entre rios e florestas: infanticídio nas comunidades indígenas e as questões da deficiência”, trazendo à luz a prática do infanticídio nas comunidades indígenas brasileiras. A autora ressalta que são diversos os motivos que levam ao assassinato de crianças nas aldeias indígenas, apontando que é importante considerar os costumes perpassados através das gerações; tal prática ocorre no nascimento de gêmeos, de crianças com deficiência física ou mental ou doença não identificada pela comunidade. É um artigo de suma importância para os estudiosos e pesquisadores da inclusão social de pessoas portadoras de alguma deficiência, tema que vem sendo pauta nas lutas sociais pelos direitos humanos.

Outro tema de relevante importância para os estudos amazônicos e o mundo indígena brasileiro é o que apresentam os pesquisadores Yvone Dias Avelino e Bruno Miranda Braga com o artigo “Uma horda que vagueia errante: a *chatechese* e civilização dos índios na Amazônia oitocentista”. O estudo empreendido faz um recorte histórico do Estado do Amazonas, mostrando que a região até 1850 pertencia ao Grão Pará quando se constituiu a Província do Amazonas, após longa fase colonial. O eixo central do estudo é a catequese dos índios pelo decreto imperial de julho de 1845 que regulamentou as missões de catequese e civilização dos índios implantando a estrutura de aldeamentos indígenas resultando numa dispersão dessas populações por todo o território brasileiro. Vários problemas ocorreram, entre eles a falta de missionários, violências e brigas administrativas e os sertões existentes na região. Priorizando Manaus, os autores apontam que na metade do século XIX era comum a ida dos índios para Manaus em busca de emprego, o que demonstra que

o projeto de catequese e civilização dos índios não progredia. Os autores fazem referência à história política do Amazonas e destacam, em relação aos indígenas, que o Decreto de 1898, documento oficial, continuou com o processo civilizatório por meio das missões para despertar o interesse destes pela lavoura, visando à produção de gêneros destinados à capital Manaus e às demais cidades da região. O artigo contribui para reflexões sobre as diferentes religiões que estão implantadas nas aldeias indígenas na atualidade que partem de um novo conceito do catequisar, a evangelização.

O instigante artigo de Larissa Lacerda Menendez, “Da pagelança à evangelização: reflexões sobre o xamanismo Paumari”, é outra contribuição ao conhecimento do mundo indígena e da Amazônia brasileira; tem como eixo central o povo Paumari que vive nas proximidades do Rio Purus e seus afluentes, no Estado do Amazonas. O artigo resulta de pesquisa bibliográfica acrescida de dados coletados na convivência com a comunidade Paumari, no período de 1997 a 1999, e pesquisa de campo realizada em 2007-2008, tendo como abordagem a crítica sobre as estratégias de evangelização junto ao povo Paumari, com a criação de escolas nas aldeias e do ensino da Antropologia Bíblica, com a tradução da Bíblia para a língua Paumari. A autora aponta que a região estudada foi impactada pelo ciclo econômico da borracha, local de produção em 1877 onde ocorreu grande dizimação da cultura da população, assim como a redução demográfica de grandes nações indígenas que povoavam o Rio Purus. O artigo faz referência à ação missioneira do Summerer Institute of Linguistics (SIL) a partir de 1964, quando os indígenas Paumari acolheram missionárias que se dedicaram ao estudo da língua Paumari e à escolarização, problematizando tal intervenção na cultura Paumari. A descrição do mundo segundo os Paumari, composto por diversos planos e deuses, é minuciosa. Em relação à alfabetização, a

pesquisa demonstrou que está relacionada à evangelização, o que causou a conversão de alguns pajés e as antigas cantigas foram substituídas por cantos cristãos. O artigo é outra contribuição aos estudos amazonenses e a cultura indígena, que vem sofrendo inúmeras intervenções culturais, principalmente em relação à educação e religião.

O artigo de Daniel Delani é outra grande contribuição para os estudos brasileiros e amazônicos no que tange às hidrelétricas, que foram e continuam sendo construídas no território brasileiro, principalmente em terras e rios amazônicos. O foco da pesquisa gira em torno das discussões entre o espaço geográfico e suas relações com a saúde e doenças como a dengue. O estudo foi empreendido em Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, no período de 2001 a 2012; articula as transformações do meio geográfico com os casos da dengue, devido à construção do Complexo Hidrelétrico no Rio Madeira. Metodologicamente, a investigação foi realizada em duas etapas distintas, a primeira utilizou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), para verificar a incidência da doença dengue no Estado de Rondônia. Os dados foram associados ao índice de precipitação pluviométrica para o município de Porto Velho. A segunda etapa foi a realização de uma pesquisa de campo em Porto Velho, através de entrevistas semiestruturadas com informantes e ou familiares que foram acometidos pela doença. O estudo demonstrou que a grande epidemia que ocorreu em Porto Velho (2009-2010) relaciona-se com a construção das usinas hidrelétricas no Rio Madeira, Hidrelétrica de Jirau e Hidrelétrica Santo Antônio, que atraíram grande fluxo migratório para Porto Velho, à procura de trabalho, momento em que a cidade não estava preparada para receber tal população migrante, que se submeteu a jornadas exaustivas de

trabalho, em condições hostis, sob o sol escaldante da região, formando um cenário ideal para a epidemia de dengue que atingiu Porto Velho na ocasião. Porto Velho também não estava preparada para as mudanças econômicas, demográficas e sociais que ocorreram com a construção das usinas. O autor analisa as consequências do crescimento da população da cidade e arredores, como agressões físicas, abuso sexual, violência e a devastação da floresta amazônica às margens do Rio Madeira. O artigo traz novos conhecimentos sobre o crescimento das cidades na região amazônica e as grandes consequências que emergiram, como no caso de Porto Velho, destacando a importância dos estudos para preservar a autonomia e a dignidade das populações, com assistência que agregue respeito aos saberes da população local.

O artigo “Das andanças do movimento quilombolas na Amazônia Legal Maranhense: uma nova gramática na luta por territórios em conflitos”, de Marivania Leonor Souza Furtado e Regiane Araújo Silva, trata das lutas sociais pelo direito ao território dos remanescentes de quilombolas, no litoral ocidental do Estado do Maranhão. É o resultado da pesquisa sobre o Movimento Quilombola do Maranhão (MOQUIBOM) e do Movimento Quilombola do Bequimão (MOQBEO). Os movimentos lutam pelos territórios quilombolas por meio de uma educação política. O movimento conseguiu em 2017 que dia 20 de novembro fosse feriado no município de Bequimão, para celebrar o Dia Nacional da Consciência Negra, sendo o primeiro município do Maranhão a decretar feriado nessa data.

Complementando a temática movimentos sociais na Amazônia, os pesquisadores Maria da Glória Gohn e Lucas Milhomens apresentam o artigo “Movimentos sociais e Amazônia. Da ditadura militar aos projetos da atualidade” elaborado com os dados da pesquisa desenvolvida sobre o surgimento dos diversos movimentos existentes na Amazônia brasileira,

dando ênfase às últimas cinco décadas - 1960 a 2000. Destacam a importância do ciclo da borracha e o impacto sofrido pela Amazônia, para atender às necessidades do mercado automobilístico, cujas terras até 1960 pertenciam à União ou aos estados e haviam sido exploradas ao longo do tempo por caboclos, ribeirinhos e outros que viviam do extrativismo. Com o retrospecto histórico da realidade socioeconômica amazonense, os autores apresentam os movimentos sociais como o movimento religioso-progressista e organizações junto às comunidades indígenas e o movimento das mulheres na Amazônia; salientam a importância da articulação por meio das redes sociais para a organização dos movimentos sociais, como ocorreu com a ocupação do canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (2012), que está sendo construída na bacia do Rio Xingu, no Estado do Pará. Como resultado da pesquisa, os autores apresentam um quadro dos movimentos presentes na Amazônia, oferecendo ao leitor uma visão geral dos movimentos sociais presentes na Amazônia brasileira.

Finalizando os artigos dos pesquisadores sobre a Amazônia brasileira que compõem a presente publicação, Dayane Vieira dos Santos analisa a situação dos trabalhadores urbanos no transporte público, na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, apresentando o artigo “Trabalhador e sociabilidade urbana: motoristas e condutores de bondes em Manaus 1899-1927” e mostram as condições de vida, trabalho e organização dos motoristas, condutores e fiscais dos bondes elétricos em Manaus, no final do século XIX e primórdios do XX, uma vez que os bondes significaram um grande avanço para a cidade. Dentre as mobilizações operárias que ocorreram no período, os trabalhadores da Cia. de Bondes se organizaram e se tornaram notícia em 1902; os movimentos dos trabalhadores dos bondes eram reivindicações da categoria e tiveram sua importância pela organização e atuação nos

movimentos sociais. A pesquisa contribui para a história de Manaus e da Amazônia, no que tange ao transporte urbano e sua importância para o funcionamento e desenvolvimento das cidades.

A seguir, são apresentados três artigos livres selecionados para a presente publicação. O artigo “Modo de vida e segurança alimentar e nutricional de agricultores familiares livres de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS)”, redigido por Vera Lucia Silveira B. Ferrante, Daiane Roncato Cardoso e Luiz Manoel C. de Almeida, é o resultado de uma pesquisa qualitativa com famílias de agricultores do Projeto de Desenvolvimento Sustentável, no PDS Santa Helena, localizado no município de São Carlos, Estado de São Paulo. O estudo apontou que a maioria das famílias de agricultores possui histórico familiar de lida com a terra e procede dos Estados da Bahia, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Alagoas, com histórico da luta pela terra. Os agricultores e sua família participam de atividades religiosas católicas e evangélicas, localizadas nas proximidades do PDS Santa Helena. Os autores põem em relevo a existência de solidariedade entre os agricultores, a manutenção de hábitos alimentares da região de origem e o consumo da própria produção de alimentos orgânicos, com diminuição do consumo de carne. Quanto à metodologia da pesquisa, os pesquisadores ressaltam a importância do Diário de Campo no decorrer do estudo. O presente artigo é uma contribuição para os estudos do mundo rural brasileiro na atualidade.

Proseguindo, o artigo “De volta à fazenda mágica: narrativas de tempo, memórias e lugar entre mulheres provenientes de áreas rurais”, de Joao Paulo Ferreira, trata da zona rural do Estado de São Paulo, com dados recolhidos por meio da oralidade das participantes da pesquisa, buscando as memórias individuais ou coletivas de mulheres que viveram ou frequentaram a Fazenda Guatapará, no período de 1930 a 1950. A

fazenda foi fundada em 1865 por Martinico Prado, no início da expansão da agricultura cafeeira em terras do interior do Estado de São Paulo. A população da Fazenda Guatapar contava, em 1950, 2.034 moradores, sendo a maioria de nacionalidade italiana. A fazenda possuí escola talo-brasileira, cinema, farmácia, mercearia, igreja e cemitério. As fotografias que ilustram o artigo foram coletadas em acervos dos participantes da pesquisa. O artigo enriquece sobremaneira os estudos históricos do patrimnio rural paulista.

Finalizando a apresentao da presente publicao, destacamos o instigante artigo “Os toreros em Belo Horizonte: construindo caminhos na contramão das ruas da cidade”, de Tarcisio Perdigão de Araujo Filho, resultado de uma investigao sobre os vendedores ambulantes que percorrem as ruas da cidade de Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais, denominados de “toreros”, pois não possuem licença ou salvaguarda legal para trabalharem na cidade. O termo “toreros”, como são conhecidos os vendedores ambulantes em Belo Horizonte,  uma gíria, uma variante do verbo intransitivo “torar”. A pesquisa empreendida utilizou as anotaes do Caderno de Campo (anotaes da parte empírica do estudo) e publicaes jornalísticas contidas na ferramenta Google Alerta, desde 2014, que relatavam casos de Belo Horizonte sobre questões do ambulante e fiscalizao urbana. O artigo traz grande contribuio para os estudos sobre cidades, pois discutindo as disputas de que o espaço urbano  alvo.

Referências bibliográficas

O que  a Amazônia Legal. Dicionário Ambiental. ((o))eco, Rio de Janeiro, nov. 2014. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28783-o-que-e-a-amazonia-legal/>>. Acesso em: 10 jan. 2019.